Michele F. SCIACCA

Crítica do Conceito Marxista de Liberdade (*)

A liberdade humana tem sido definida de muitos modos: um deles é o negativo, que a apresenta como ausência de violências e de coação. Ora, as situações desfavoráveis ou hostis do ambiente, social ou físico, podem ser uma forma de violência e de coação. Neste sentido, segundo Marx, o homem terá realizado plenamente a sua liberdade quando se tiver libertado, não só das forças físicas através do conhecimento das mesmas (o que implica em dominá-las), como também das constringências econômicas, elimináveis mediante uma organização racional da sociedade.

Os dois momentos do processo de liberação estão estreitamente conexos: conhecer a natureza para submetê-la aos fins do homem, a fim de que, pelo trabalho, se torne ela cada vez mais produtiva e possa fornecer bens econômicos para a satisfação das exigências "materiais" do próprio homem. Isso, porém, numa ordem social cuja perfeita organização se atualiza com a realização duma equação perfeita (dinâmica porque segue o processo histórico) entre a "quantidade" das necessidades a satisfazer.

No dia em que tal ordem se realizasse, o homem seria simultaneamente senhor da natureza e de si mesmo: cada homem seria senhor de sua liberdade porque esta não estaria limitada por nenhuma exigência não atendida (não estaria "alienada") e, todos juntos, livres, porque libertados da necessidade e irmãos na solidariedade do trabalho, para a conservação da liberdade comum.

Em tal caso, mesmo que surgissem outras necessidades não materiais (o que não parece provável, já que a moral e a religião, para o marxismo, são superestruturas próprias de determinadas estruturas econômico-sociais e, portanto, de formação histórica), seriam elas apenas eflorescências daquela ordem social e, conseqüentemente, tendo também raí-

(*) Conferência pronunciada no Instituto de Filosofia da U.R.G.S. e publicada, nesta revista, com autorização do A. Tradução do Prof. Hugo di Primio Paz.

zes econômicas, ficariam atendidas com a satisfação das exigências materiais.

Desde logo esta doutrina presta-se a uma crítica interna. A equação quantidade necessidades — quantidade de bens produzidos não é realizável, pois a quantidade, justamente por ser quantidade, não tem limites, é indefinida, pode-se acrescer sempre: um aumento quantitativo de bens solicita um aumento de necessidades e este, por sua vez, provoca um novo acréscimo de bens e assim por diante. Conseqüentemente a necessidade existirá sempre e, com ela, a “alienação”, razão pela qual haverá sempre um inexaurível processo de libertação e não a libertação realizada: jamais haverá liberdade, que é identificada pelo marxismo com a libertação da necessidade.

A necessidade material, justamente por ser tal, corresponde a expectativa de um “prazer”. O apetite, por exemplo, aumenta a atração hedonística: o prazer de satisfazê-lo e o gosto do comer. Quanto mais se rebelar a liberdade e se opuser a vontade à satisfação da necessidade, e quanto mais esta urge e pressiona, tanto maior será a atração do prazer virtual. A liberdade é oprimida pela necessidade, é sua escrava; mas, satisfeita a necessidade, dela se liberta e se sente livre. Portanto liberdade e necessidade satisfeita marcham juntas, ou, antes, a liberdade não é senão a necessidade satisfeita e o prazer que daí decorre. O homem que satisfaz suas necessidades materiais sente-se leve, eufórico, **liberado**. Biologicamente, liberdade e necessidade satisfeita estão em constante relação. A necessidade é o oposto da liberdade, mas esta oposição é dialética: a necessidade faz nascer o desejo de libertar-se dela e, uma vez satisfeita, efetiva-se a liberdade, que, solicitada por outras necessidades ou pela mesma quando esta renasce (em virtude do prazer que conduz ou por exigência natural), propõe novamente sua ulterior libertação na satisfação. Eu não me sinto coagido se, não estando com fome, não tenho o que comer; a monja é livre em sua cela se não sente necessidade de sair. Mas se sinto fome e nada tiver para comer, e se a monja sentir desejo de dar um passeio e não puder sair, por estas duas necessidades diversas, nos sentiremos constrangidos: estará nossa liberdade limitada, impedida, escrava. Em resumo, havendo necessidade, não há liberdade; quando há liberdade é porque a necessidade foi satisfeita, de modo que a liberdade é negativamente a cessação da necessidade e positivamente o prazer que, com isto, se experimenta.

A liberdade torna-se assim um parágrafo da biologia animal e do homem, enquanto vida biológica. Nem importa muito que o homem tenha a razão que os outros animais não

têm, seja porque, para o marxismo, também a razão (o espírito em geral) é produto da evolução da matéria (1), é um meio a mais de que os homens dispõem para se dar conta de necessidades que os outros animais não sentem e para produzir bens de satisfação correspondentes. Por isso, os assim chamados bens espirituais, como o próprio espírito, têm também raízes materiais e nascem ou de necessidades não satisfeitas e da urgência de satisfazê-las, ou de necessidades satisfeitas.

Mas na verdade aqui não estamos procurando uma liberdade que seja o resultado de um equilíbrio fisiológico e biológico, quer dizer: não-liberdade, mas a liberdade que, por ser tal, não é em absoluto um resultado, isto é, um derivado ou a resultante de um conjunto de situações ou de condições; aquela teríamos estudado melhor observando um formigueiro ou uma colmeia, protótipos, segundo os entendidos, de organização perfeita e (por que não?) “racional”, se é que a razão se reduz a instrumento técnico, a mecanismo de produção e de distribuição quantitativa de bens econômicos segundo uma quantidade correspondente de necessidades materiais; em suma, a um cálculo que os outros animais fazem muito bem somente com o instinto e guiados pelas suas necessidades.

A teoria marxista da liberdade, a esta altura, necessita (e é mesmo uma grande “necessidade”!) de um ser um pouco mais inteligente, que é o mesmo que dizer um pouco mais “humana”; precisa de justificar muitas de suas afirmações e, sobretudo, aquela afirmação inicial de metafísica materialista, postulada com um dogmatismo que vai a par de sua grosseria e infantilidade; enquanto ela não estiver “liberada” de tais “necessidades” (e para satisfazê-las não há outro alimento no caso senão o do discurso crítico e racionalmente justificado), será “coagida” por elas e, por isso, estará ela mesma “alienada”.

O pastor leopordiano pergunta-se: por que motivo o rebanho que descansa no campo, à sombra, permanece quieto e contente ao passo que ele, nas mesmas circunstâncias, não consegue libertar a mente de “um aborrecimento”: “incita-

(1) Se a razão é um produto do dinamismo e da evolução biológica, segue-se daí: a) a razão não é própria da natureza humana enquanto tal: nasceu numa fase evolutiva daquele animal que chamamos homem, segue as vicissitudes e adaptações da sua evolução biológica, e poderá transformar-se ou desaparecer numa fase futura; b) é uma manifestação biológica como as outras e portanto não difere delas; c) se a razão é um produto evolutivo, também o é a liberdade, como qualquer outra atividade espiritual; d) portanto a liberdade, metafisicamente, é o resultado da evolução da matéria, como psicologicamente (para cada homem em particular) é o resultado da evolução social. E' o mesmo que dizer que a liberdade não existe.

o" "um agulhão" e justamente no momento em que não tem nenhuma necessidade material, em que nada almeja e não tem "razão de pranto", está ele "longe de encontrar paz ou descanso"? Porque o pastor é um homem e não uma ovelha ou qualquer outro animal que come, bebe e dorme. Como homem não tem apenas necessidades materiais nem deseja somente bens materiais para satisfazê-las; tem também (sobretudo) necessidades espirituais e requer bens da mesma natureza; nem os valores espirituais são epifenômenos de uma estrutura econômica ou social, tanto é que não nascem, não desaparecem nem se transformam com ela. A libertação da necessidade econômica não é suficiente: ela não é nem dá liberdade espiritual; será e dará liberdade econômica, que pode vir a ser uma condição para a realização da liberdade espiritual. Se a libertação da necessidade (ou de qualquer outro limite) nos tornasse automaticamente livres, não haveria liberdade: pois se a vontade, removida a necessidade, fôsse livre, sua liberdade seria como a da pedra que, tirado o suporte que a impedia de cair, cai "livremente". A liberdade não é o produto mecânico de uma condição favorável ou de todas elas, como se fôsse o efeito necessário da (ou das) condições, que, em tal caso, seriam a sua "causa", e, portanto, não mais "condição". A liberdade deriva de si mesma e é ela que transforma os limites em condições do seu exercício. Se uma condição fôsse a causa da liberdade, esta seria o efeito necessário daquela e, por isso mesmo, não livre; ou o resultado determinado e mecânico de uma combinação de condições. As condições podem favorecer ou obstaculizar a liberdade, não produzi-la: ou a liberdade é anterior a elas ou não existirá depois como seu resultado. Suponhamos uma sala de conferências, bem aquecida no inverno e bem arejada no verão, com poltronas cômodas, aberta na melhor hora para se escutar e falar em público e suponhamos que público e conferencista aí se encontrem nas melhores condições físicas. Bastarão todas essas condições favoráveis para que quem fala diga coisas interessantes e bem expostas e escuta tire proveito disso? Da mesma forma, todas as possíveis condições favoráveis valerão tão somente para facilitar o exercício da liberdade, mas não para tornar livre um homem sequer. Quem quer que tenha fome e quem quer que não a tenha (e nenhuma outra necessidade material) têm a mesma liberdade, isto é, o mesmo poder de querer livremente, ainda que em condições diversas.

Ora, a diversidade das condições poderá ser um limite, não a causa pela qual a própria liberdade é produzida ou negada. O indigente pode ser espiritualmente livre, embora privado de liberdade econômica e oprimido pelas mais ele-

mentares necessidades, como, também, pode ser escravo do mal ou do tédio, ou do sofrimento quem não carece de nada e tem tanto o necessário como o supérfluo, livre plenamente de qualquer necessidades. De modo que, fazer depender a liberdade apenas da satisfação das necessidades materiais é pressupor já que a liberdade não existe e que o homem não é um ser livre: não é fundar a liberdade, é partir de uma posição que por si mesma a elimina. A liberdade não é o resultado de uma sensação agradável, nem o efeito dum desejo satisfeito. O homem não tem apenas essas necessidades: vai além, sente melancolia, tédio, tristeza, dores físicas e morais, sensação de vazio, do nada, desepêro, morte. Sem dúvida, fome e miséria aguçam e até mesmo geram estados de ânimo angustiosos e desesperados; mas estes não são gerados apenas pela necessidade material: satisfeita esta, melancolia, tédio, tristeza, vazio e desepêro acometem de novo e por outros motivos. Pode ser esquecido o remorso pelo mal praticado quando a fome atormenta o estômago e a sede queima a garganta, mas, satisfeitas fome e sede, retorna o remorso e a liberdade se ressentida com ele e, sofrendo, liberta-se e se realiza. Mas esta é obra do espírito, porque somente no espírito e enquanto espiritual, tem a liberdade um sentido humano, o sentido que lhe é próprio.

Marx teve presente aquela que ele chama classe proletária, afligida pelo egoísmo da assim chamada classe burguesa e por mil necessidades materiais, mesmo as mais elementares; e fez bem denunciando sua exploração para reivindicar-lhe condições "humanas" de vida. Mas o marxismo não se resume nisso, é muito mais: é uma concepção do homem, da sociedade e da história que ofende aquela humanidade que ele pretende transformar e melhorar; sobretudo ofende o pobre, no momento em que julga dar-lhe liberdade e felicidade. Se, para o marxismo, o proletário se contenta com sentir-se livre e feliz por ter satisfeito as suas necessidades materiais; com gozar tudo que se pode gozar no mundo em boa harmonia com os seus semelhantes, de tal modo que todos tenham seu quinhão de gozo; então o marxismo demonstra ter do proletário (e do homem em geral) uma concepção de ser inferior. A humanidade profunda do homem, sua espiritualidade, são desprezadas e aviltadas: a sacrossanta dor da liberdade empenhada na luta entre o bem e o mal, pelos quais sofre por nunca ser inteiramente livre, com essa liberdade que sabe sofrer, chorar e aceitar, sabe ser boa e bela, aquela dor é ofendida justamente porque se acredita remediá-la com um pedaço de pão e um divertimento qualquer.

Tal raciocínio parte de uma premissa arbitrária que traz implícita uma metafísica elementar, imediata, empírica: o

homem é um animal como todos os outros; o assim chamado espírito outra coisa não é senão um produto da evolução, a par do corpo, ambos sujeitos a outras transformações; portanto o homem é só matéria orgânica que historicamente evolui e, evoluindo, se vai organizando e articulando de diferentes modos. Por consequência o homem não tem senão necessidades materiais e a organização social é determinada por elas (num processo dialético, pelo qual o ambiente é feito ou modificado pelo homem e o homem, por sua vez, é influenciado ou determinado pelo ambiente) e, portanto, por uma única estrutura, a econômica, dado que as necessidades materiais se satisfazem com bens materiais. O homem, estimulado pela necessidade, é um elemento de produção e de consumo: produz para consumir. E' o mesmo que dizer que o homem é um elemento de prazer: trabalha para conseguir os bens que satisfazem suas necessidades materiais, cuja satisfação lhe proporciona prazer.

Se consegue satisfazer todo desejo material (e, neste caso, também uma visita a uma exposição de arte é provocada por uma necessidade material e proporciona prazer material), é feliz e é livre.

Mesmo no caso em que todas as necessidades do homem fossem materiais, nem assim a teoria marxista da liberdade seria verdadeira. Uma sociedade em que cada um trabalha e tem a quantidade de bens correspondentes às suas necessidades, de maneira a satisfazê-las todas, sem sentir outras, não é uma sociedade de homens livres, em que cada um compõe o reino da liberdade, mas uma sociedade na qual não existe liberdade, onde os indivíduos associados não são seres a cuja natureza corresponda a liberdade; como sociedade animal, organizada economicamente, não comporta a presença da liberdade, justamente porque esta não é inerente à natureza dos seres vivos que a compõem. No caso que estamos considerando, a liberdade de cada um e de todos seria a resultante de uma organização, de um "plano" racional e racionalmente realizado. Em outros termos, um grupo de técnicos da produção e do consumo, feito um cálculo, segundo o qual se estabelece a soma das necessidades vitais de cada um, fixado para cada qual um número de horas de trabalho segundo as suas capacidades de modo que o "tanto" global de trabalho dê àquêle "tanto" global de produção bastante para satisfazer o "tanto" global de necessidades; realizado este plano segundo uma disciplina reguladora de todo o ciclo produtivo, tudo está feito, não é preciso mais nada: eis a liberdade, todos são livres. Assim a liberdade não é uma conquista que cada um faz por sua conta, nem mesmo em determinadas situações que deve levar em conta, não é uma iniciativa, um poder interior e espiritual, mas apenas o resulta-

do mecânico de uma organização exterior. A liberdade, em suma, pode-se produzir, como um produto farmacêutico, através duma dosagem bem calculada de ingredientes econômicos.

Neste ponto, porém, a discussão sobre a liberdade está ainda por começar, pois até aqui falou-se de outra coisa, de economia e liberdade econômica. O marxismo objeta: "a liberdade econômica é toda a liberdade e se realiza justamente através da organização do trabalho, da produção e do consumo". Sim, dizemos nós, quando, porém, nos tiver demonstrado que o homem é um animal como qualquer outro, que o espírito é um subproduto da matéria e que viver como homem significa somente o apaziguamento das necessidades materiais, satisfeitas as quais, não surge nenhuma outra, nem tem qualquer outra aspiração. Certamente se partirmos do pressuposto que o homem é um produto da evolução natural, que a sua origem surge num certo grau desta evolução, que vive só para manter-se materialmente vivo, que não é capaz de experimentar nenhum outro prazer além daqueles que as coisas e o seu trabalho lhe proporcionam, que qualquer outra necessidade nasce da sua condição social, pelo que, realizada a sociedade perfeita, cessa a "alienação" e que, portanto, basta que disponha dos meios econômicos para satisfazer estas suas necessidades, para que se sinta saciado e contente de viver, então não haverá mais dúvida de que a liberdade econômica seja a única liberdade possível para o homem. Sim, a única liberdade, mas só porque se pressupôs que o homem tem somente necessidades econômicas, quer dizer, porque foi "imaginado" de um certo modo; porque desde o ponto de partida foi êle negado, justamente quando se lhe negou a liberdade espiritual; porque se fez dêle um animal idêntico aos outros, cuja diferença específica não é mais a razão, já que também esta é faculdade material e meio para produzir e conseguir bens econômicos para necessidades materiais. E' melhor dizer que a liberdade não compete ao homem, da mesma forma como dizemos não ser ela própria às abelhas ou às formigas.

Segundo a teoria marxista é livre o homem que pode dispor de meios econômicos para satisfazer as próprias necessidades. Imaginemos por um momento tal tipo de homem. Ei-lo: está com apetite e tem como satisfazê-lo; está com sede e tem o que beber; está com sono e possui uma cama; deseja assistir a uma competição esportiva e dispõe do dinheiro para comprar a entrada; quer visitar uma cidade e toma o trem etc. Um homem semelhante que trabalha e produz tanto quanto basta para satisfazer todas as suas necessidades e até mais, de maneira a poder ajudar outro a fazer o mesmo, seria o tipo do homem livre, o que se

libertou da necessidade. Mas quem reconhece, neste tipo de homem livre, a presença da liberdade? Com toda a realização da liberdade econômica, pode igualmente continuar a ser um miserável, um desgraçado ou um desventurado, um pobre escravo das suas necessidades satisfeitas. E mais, deixando de lado o fato de ter o homem outras necessidades das quais nunca consegue libertar-se completamente porquanto sempre lhe falta algo, a verdade é que tal liberdade econômica é apenas uma das liberdades, não é a liberdade: a liberdade econômica só teria sentido se existisse a liberdade espiritual e com esta estivesse relacionada. De fato, por si só, a liberdade meramente econômica não é liberdade porque:

1) Não tem sentido a liberdade a não ser com o problema do bem e do mal, isto é, se não fôr liberdade moral, a única graças à qual a vontade será boa ou má conforme queira ou não queira segundo a norma. Na liberdade econômica este problema nem sequer é considerado: nem mesmo existe já que é uma superestrutura de uma determinada estrutura social (a burguesa). Apresenta-se outro: o da produção e da distribuição dos bens econômicos de modo a satisfazer as necessidades vitais do homem, problema, pois, da vida animal e não da vida moral, do viver e não do sentido de viver. Ou melhor, também do sentido e da finalidade do viver, mas aqui o sentido é o próprio viver e sua finalidade se resume em produzir os meios para viver e satisfazer as necessidades da vida orgânica, que, satisfeitas, fazem com que a própria vida seja aproveitada e, por aproveitada, feliz. A lei econômica é a única lei moral: bem e mal são só o bem e o mal econômicos e a virtude suprema, à qual se reduz qualquer outra, é a justiça social, entendida como fim em si mesma, isto é, como o máximo dos bens, como o bem. Havendo perfeita justiça social, haverá perfeita sociedade virtuosa e será perfeito cada um de seus componentes, "virtuoso" com perfeita virtude "econômica"! A moral é a própria economia socialista, suas leis são as leis desta economia, as ações "boas" são as "economicamente" produtivas. Mas uma liberdade que não tem sentido moral uma vez que este é absorvido, suprimido e negado pelo sentido econômico, é o nada de liberdade. Trata-se de outra coisa, não da liberdade. Por si só, a meramente econômica tampouco é a liberdade porque

2) a liberdade econômica, como se realiza segundo o sistema marxista, não é a realização da iniciativa do indivíduo, mas o resultado de um "plano" que somente pode ser realizado privando a iniciativa de cada um, enquadrando o seu trabalho numa engrenagem, da qual é ele um dente que deve funcionar segundo as exigências do mecanismo. É um sacrifício temporário, objetiva-se, a fim de que a humanidade realize, na perfeita sociedade socialista, a liberdade perfeita.

Seja! Mas ainda que se realizasse tal perfeita liberdade, não seria ela obra da livre atividade individual, mas a resultante histórica de um processo, isto é, algo que não é do homem mas lhe vem dado do exterior. O indivíduo precisa inserir-se no plano: inserido, consegue a liberdade, da mesma maneira que, introduzindo uma moeda na máquina dos bilhetes de ingresso de uma estação, o mecanismo funciona fornecendo prontinho o bilhete de ingresso, graças ao qual é-se livre para entrar; mas essa liberdade foi-me fabricada pela máquina sem que esta se desse conta de mim, tanto é verdade que ela está sempre aí a fabricar bilhetes, com os quais fica-se "livre" para chegar à plataforma, talvez para dar um passeio (2).

Ora, uma liberdade econômica que é a resultante dum plano que funciona como máquina e da qual os homens são as rodas ou os lubrificantes ou os dentes, não é nem sequer uma liberdade econômica, justamente porque não é obra da liberdade do homem. De modo que a liberdade econômica (que é uma liberdade particular) pressupõe, para existir, a liberdade sem adjetivos, posta a qual, torna-se possível, entre as outras liberdades, também a econômica. Mas se é negada a liberdade, que liberdade particular poderá realizar-se? Somente aquela que é realizada por um plano, isto é, uma liberdade que do exterior é dada ao homem tal como a máquina da estação lhe entrega o bilhete de entrada.

Mas o marxista objeta que, sem o "plano", não é possível disciplinar o egoísmo de cada um, libertar o homem do egoísmo individual. Através da disciplina da organização bem racional e do funcionamento bem técnico, ele se educa: a escolha do trabalho de todos para o bem-estar da coletividade forma um consciência social, a qual impede que os egoísmos individuais ou duma classe se satisfaçam em prejuízo de outros indivíduos e de uma outra classe. Sem dúvida, há nestas afirmações um sentido de humanidade e, digamos mesmo, de altruísmo, mas o altruísmo social não é ainda o moral; é o útil que é outra coisa que não o bem moral. Certamente a disciplina dos egoísmos desenfreados é um bem social e tem uma intrínseca moralidade; mas tal disciplina tem sentido moral somente em face da realização duma condição espiritual, que já não é apenas altruísmo so-

(2) Verdade é que a máquina não funcionaria se eu não introduzisse uma moeda e não acionasse a manivela; da mesma forma, o "plano" não se realizaria sem a colaboração de cada um. Isto, porém, não modifica nada do que estamos dizendo porque não é livre o ato de ser inserido, dado que é dialéticamente (e historicamente) determinado e porque a verdadeira liberdade está, não nos indivíduos, mas na sociedade da qual fazem parte e como resultante desta organização social.

cial. E' ainda verdade que o marxismo atribui ao proletário uma tarefa que se pode considerar "heróica", porque, dada a sua concepção dialética, fá-lo empenhar-se contra o capitalismo numa luta destruidora tanto do próprio capitalismo quanto do proletariado, justamente porque na "sociedade homogênea" não haverá mais classes, nem sequer a proletária, que é como a antítese da capitalista; mas justamente a sociedade homogênea é a realização da economicidade total do homem e, portanto, da sua não-moralidade e da sua não-liberdade. Em outras palavras, não se liberta o homem do egoísmo educando-o para satisfazer-se a si mesmo de maneira a não impedir que cada um dos outros se satisfaça, mas, ao contrário, ajudando-os a se satisfazerem. Ora, tal educação, quando muito, poderá chegar a êste resultado: à força de refrear o próprio egoísmo de modo que coexistam os dos outros, habituâmo-nos a ser egoístas de maneira que também os outros possam ser, isto é, a ser "altruístas" para com o egoísmo alheio, a fim de que os outros o sejam para com o nosso.

Isto, porém, não é educar o homem a libertar-se do egoísmo, mas a como saber ser egoísta numa sociedade em que todos o sabem ser. Por isso, ainda uma vez, a liberdade econômica só por si não é uma liberdade, pois

3) para sê-lo é preciso, em primeiro lugar, livrar-se justamente da liberdade econômica, entendida como realização plena da própria liberdade. Em outras palavras, se a liberdade econômica significa a saciedade das exigências individuais (o que equivale a dizer que não existem para o homem outros bens senão os subjetivos ou subjetivamente queridos) e, portanto, a satisfação do egoísmo (querer os bens subjetivamente e querê-los para a própria felicidade individual e, no nosso caso, tal felicidade é de ordem material) e é identificada com a liberdade "tout court", ela, libertando-o da necessidade, encerra-o no egoísmo satisfeito e faz do homem um ser exclusivamente "terrestre". Ora, para ser livre e realizar uma solidariedade humana, se de algo deve o homem libertar-se é justamente da liberdade econômica assim concebida, porquanto ela deixa de ser uma condição do exercício da liberdade, precisamente porque é a sua negação, o impedimento máximo (como super-valorização do "material") que é colocado como o fim supremo da vida, vocação fundamental ao máximo do prazer terreno, porque tudo está aqui e fora daqui não há mais nada. Um homem convicto (e é êste o tipo de homem marxista) de que só de sua condição social depende a realização ou não da sua liberdade e de que o bem-estar econômico é o princípio primeiro da sua perfeição de homem, ainda quando tivesse o

melhor e mais bem dosado bem-estar, justamente por isso teria realizado a sua perfeita escravidão e negado, do princípio até ao fim, a si mesmo como ser livre. O domínio sobre as coisas através do trabalho é, em tal caso, o domínio absoluto das coisas sobre o homem; a satisfação das necessidades naturais é a rendição incondicional do espírito aos instintos elementares da natureza juntamente com a rendição incondicional da liberdade aos estímulos do corpo e ao prazer de satisfazê-los.

Para que a liberdade econômica seja uma das condições do exercício da liberdade espiritual, é necessário que o homem, antes de tudo, possua aquêl estado de liberdade que o torna senhor (e por isso livre) das suas necessidades, de modo que a satisfação delas seja não um ato econômico, mas espiritual (3).

Somente quando o homem está profundamente convencido de que os bens materiais são meramente instrumentais e de que a liberdade humana não se esgota na obtenção dos mesmos, mas é apenas facilitada pela satisfação que proporcionam, a qual se completa não só pelo prazer que dá como também para continuar o sagrado dom da vida e para que, também, o corpo seja colaborador do espírito; somente então os bens econômicos são condição do exercício da liberdade, mas já não são "materiais", embora o sejam os atos com que se produzem e consomem. Nestes atos está o espírito, são atos do espírito. Em tal caso, porém, a condição econômica não faz existir a liberdade, não faz com que o homem seja livre: êle já o era antes. Mas quando não é livre e é escravo

(3) Recorde-se a passagem evangélica da primeira multiplicação dos pães e dos peixes (Mat., XIV, 13-21). A multidão que segue Jesus até a noite não sente outra necessidade senão a de segui-lo e escutá-lo. Das suas necessidades lembram-se os discípulos ("o lugar é deserto e a hora adiantada"). Jesus multiplica os cinco pães e os dois peixes e dá de comer aos cinco mil. A passagem é sobremaneira significativa: a necessidade corporal não "suspende" o espírito nem se impõe a êle, mas é o próprio espírito (os discípulos) que, passada a hora, decide satisfazê-la: a iniciativa de contentar o corpo é sua, não do próprio corpo. A multidão aceita para estar em condição de seguir ainda a Jesus e escutá-lo; como para que o espírito continue a ter o seu alimento espiritual. Liberdade antes de comer, no ato de comer e após ter comido.

De outro lado, porém, não passa despercebido que a observação dos discípulos ("a hora vai adiantada"), homens de carne e osso, está a significar que também o corpo tem as suas exigências que devem ser satisfeitas. Está reconhecida, portanto, também por quem escutava e seguia a Cristo, a imperiosidade da exigência vital e a necessidade de satisfazê-la. Mas quem multiplica o pão e os peixes é o Amor. E também isto é significativo: numa sociedade de pobres, governada pelo amor de cada um por todos e de todos por cada um, não há famintos; dar aos pobres para viver da dádiva dos pobres; numa sociedade de ricos, governada pelo egoísmo e pelas fauces do corpo, há sempre quem no jogo dos egoísmos perde a parada.

da terra, então nenhuma riqueza poderá jamais torná-lo livre um instante sequer, mas ao contrário seu bem-estar econômico desperta nele egoísmos e desejos sempre novos: ele se afoga no bem-estar obtuso que, se o liberta do mal-estar físico, rouba-lhe o bem espiritual. Numa sociedade econômica perfeita, o homem não se teria apartado das necessidades materiais, mas da liberdade como tal, do ser homem. O bem-estar, neste ponto, mata. Ou se é livre no cumprimento da lei moral e na retidão da vontade, ou nada no mundo poderá tornar livre um homem sequer, nem mesmo se tivesse todo o mundo fechado na mão ou debaixo do calcanhar.

Não faltando a liberdade do espírito, seja bem-vinda também a condição econômica a favorecer-lhe o exercício, a libertar o homem da fome e a garantir-lhe o direito à vida, como a preservá-lo de quanto de degradante, desumano, desordenado e de aberrante existe na miséria.

Para Marx, hegelianamente, não haveria história sem liberdade, princípio do vir-a-ser e da superação; apesar disso o homem no curso da história não tem sido livre, mas "alienado". Será livre quando existir uma sociedade homogênea (sem classes sociais): liberdade total, projetada no futuro. Só então os desejos "do homem" se terão tornado desejos "humanos", que poderão ser integralmente satisfeitos. Estas afirmações significam que a liberdade se define em relação aos desejos e reside no poder que o homem tem de satisfazê-los, isto é, na produção e na posse dos meios adequados: é livre uma sociedade em que haja perfeita coincidência entre as determinações que suscitem desejos e as que fornecem os meios de satisfação.

Observemos: se os desejos humanos podem ser todos satisfeitos pelo homem, são todos imanentes, nenhum deles passa um milímetro além do horizonte terrestre (de fato, para Marx, a realização da liberdade total é possível através da total "apropriação" do mundo por parte do homem, da "humanização" ou transformação da natureza, tarefa que só a indústria social é capaz de realizar); se a satisfação é possível só numa estrutura social homogênea, não é a liberdade que caracteriza o homem, mas sim esta estrutura, esta determinada situação; passa a ser a resultante de algumas determinações, ainda que tenha sido o homem em colaboração com o ambiente que a produziu. Se isso é assim, então a liberdade é determinada por certos desejos (por sua vez, determinados pelo desenvolvimento histórico já que o homem, para Marx, não tem essência ontológica, mas é o que ele faz), que são satisfeitos numa determinada situação social. E com isto, ainda uma vez, nega-se ao homem a li-

berdade, a) porque não se lhe reconhece uma liberdade essencial; b) porque essa liberdade é uma resultante e não se compreende como das determinações possa "resultar" a liberdade, não estando ela presente no início de qualquer determinação; c) porque a liberdade que caracteriza uma situação social deixa de ter qualquer significado pessoal na sociedade homogênea: é um dado.

Sob estas objeções há pontos de interrogação perentórios e urgentes: o homem é só desejos terrenos? é produto da história, ou seja, é aquilo que a própria história fez dele? sua tarefa e fim último é somente a "apropriação" do mundo através da indústria social? é ele apenas um ser social e sua liberdade essencial identifica-se com sua essência social? sua liberdade é aquela que se acha empenhada unicamente na tarefa temporal da solidariedade humana, para a realização da sociedade homogênea, sem que ela seja antes de tudo e sobretudo ordem interior da consciência? Pois o que importa, como diz Nietzsche, não é saber "de que coisa" estou livre (a qual, no caso do Marxismo, é ter forçosamente de sentir necessidade), mas **para que coisa e para quem sou livre**. A tarefa primeira e a única essencial, o destino último e supremo do homem consistem em satisfazer seus desejos terrenos? em transformar e apropriar-se do mundo para submetê-lo às suas necessidades ou, ao contrário, libertá-lo com a liberdade do espírito? humanizar o mundo significa transformá-lo para os seus desejos ou adquirir consciência dele no mesmo momento em que o homem adquire consciência de si mesmo, e dar-lhe significação no momento em que descobre o profundo significado de si mesmo, da sua vida e da sua morte?

A concepção marxista é imanentista e é mesmo uma das expressões mais coerentes do imanentismo moderno: refutá-la por errada é refutar aquele erro colossal que é o imanentismo. Pôsto o fim do homem na terra, o "regnum hominis", é fatal a consequência de identificar o conceito de "humanismo" com o de "conquista do mundo" e o fim do homem e da humanidade com essa conquista. O movimento de idéias que vai do Renascimento à Revolução Francesa é a corrida da burguesia para a conquista do mundo; a consequência imediata é a corrida do proletariado para a mesma conquista: o pressuposto metafísico comum é o imanentismo. Sob este ponto de vista, capitalismo e marxismo estão no mesmo plano, como estão a classe burguesa e a classe proletária.

Ontem a burguesia, nutrida de liberalismo laicista, era levada a adorar a História, a Ciência, a Liberdade como se fôssem Deus, e a viver e a pensar como se Deus não existisse. Também para ela seu reino era (e é) este mundo e a

sua liberdade, a de poder satisfazer tôdas as necessidades. Colocada nesse plano "econômico", a sua sêde de ganho desenfreadava-se até oprimir as classes trabalhadoras. Depois do proletariado despertou e nada disse de novo: limitou-se a repetir, para si a teoria do capitalismo: "também nós, os trabalhadores, temos direito a satisfazer necessidades e a não alienar a nossa liberdade"; e prostrou-se também a adorar novos deuses — o Progresso Social, o Partido, a futura sociedade homogênea. Liberalismo e marxismo são ambos "mundanos", porque ambos são imanentistas. A única diferença é que ontem era uma só classe privilegiada que tentava a conquista do mundo, em detrimento da "massa" para ser livre, com liberdade econômica, base excelente para permitir o "luxo" das outras liberdades; hoje é a massa que luta pelo mesmo objetivo, através da eliminação da burguesia e visando a criação da sociedade homogênea, a única sociedade livre. Assim, liberdade liberal e liberdade marxista equivalem-se, porque são ramos do mesmo tronco — o imanentismo — que tem raízes superficiais e terrenas. Antes de Marx era já marxista a burguesia e, depois de Marx, é burguês o proletariado. Estabelecido que todo o bem do homem é dado pelo seu bem-estar econômico, o único apto a satisfazer os seus desejos humanos, quem pode negar-lhe o direito de ser livre e feliz, o direito de ser homem? E' este pressuposto que justifica a luta entre o rico e o pobre, entre o escravo e o homem livre, luta que, gerada pelo imanentismo, se desencadeou sem nada de humano, de nobre, de moral e, como luta de egoísmo, conquista de bem-estar ou, ao menos, dum mínimo vital para todos. Os contendores desta luta invocam hipòcritamente que há valores a defender, mas, sob esta máscara, o saciado quer continuar a fartar-se hoje, amanhã e sempre e ao faminto não basta matar a fome, mas satisfazer todos os desejos que a miséria agiganta e exaspera. O rico e o pobre, o burguês e o proletário empenham-se numa luta frontal e sem quartel; esta luta é "religiosa", porque o paraíso está na terra e a liberdade consiste na satisfação de necessidades e de desejos, e é "teológica", com aquela tremenda teologia cujo Deus maldito se chama Dinheiro.

A questão social, como questão puramente econômica e solúvel só economicamente, não tem sentido moral nem humano, porque o homem deixa de ser homem, reduz-se o problema da vida ao problema do bem-estar, isto é, do egoísmo bem ou mal administrado. O verdadeiro mal-estar da sociedade não reside na existência de ricos e de pobres, mas na circunstância de que ninguém se sente pobre "em espírito" e rico por obra do mesmo espírito. O grande problema

do homem não é social, nem econômico, nem político, é o problema da existência ou não existência de Deus. Se Deus não existe, o homem é despido da sua mais alta dignidade e não lhe resta senão ser imagem dos seus desejos, coisa entre as coisas, coisa que quer possuir o maior número possível das outras coisas. Para curar a sociedade não basta distribuir os bens com equidade, mas é preciso ensinar a usá-los, porque ou o remédio é moral e leva à restauração do império do espírito, ou é puramente econômico e o homem cresce materialmente e vai-lhe mirrando o espírito. Há que **usar** os bens materiais apenas como meio de conservação da vida e para que, conservando-a, o homem possa **fruir** os bens do espírito. Trata-se duma restauração da hierarquia dos valores: devem amar-se mais os homens do que as coisas e portanto a sêde do lucro não deve conduzir à violação dos direitos alheios e à exploração desumana: a finalidade da vida terrena é a realização integral da lei moral e não a riqueza e o bem-estar, que devem ser apenas instrumentos para melhor a realizar, como os meios necessários para conservação da vida são sòmente condição de poder cumpri-la. O homem deve trabalhar não para ter uma vida cômoda ou para ajudar a construir a sociedade homogênea, mas para auxiliar a edificação da sociedade virtuosa, como não deve trabalhar para criar ou amontoar riqueza (o que, como finalidade, é miséria extrema) mas para conquistar a perfeição. O bem econômico é "bom" — e como tal, já não é bem "material" — se é instrumento de virtude e condição de liberdade, em vez de obstáculo ao seu exercício. Assim como ontem a sociedade liberal não soube educar o burguês e o capitalista, também hoje a sociedade marxista não sabe educar um só homem porque não o ensina a ser livre perante o mundo, que é afinal a condição única para servir-se dêle. Só quando não tem sêde de posse o homem pode servir-se do mundo sem transformar-se em seu escravo. Não é possível o regresso ao espírito sem o reconhecimento dos valores metafísicos, sem um renascido e poderoso salto do homem para o Ser; e não há que pedir emprestado ao mundo exterior o suporte para este salto, porque o espírito humano, pelo seu dinamismo, é atirado para o Ser, e o suporte é-lhe dado pela presença interior do próprio Ser. Sem este salto, o **homo economicus**, o **ordinary business man** do capitalismo burguês, e o homem da sociedade homogênea se equivalem ao **proletário**, e vice-versa, porque todos afinal procuram, no isolamento social ou na socialização, a satisfação dos próprios desejos. Todos admitem só os valores assim chamados de positivos, empíricos, que excluem a metafísica e dela escarnecem: e as coisas esmagam o homem e o mundo oprime a sua liberdade.

Uma liberdade econômica englobando toda a liberdade do homem é o contra-senso da liberdade. O problema da liberdade econômica, como o problema da liberdade política, não se pode resolver isoladamente, mas tem que situar-se no problema integral do homem, que não é político, nem econômico, mas **metafísico**. A solução dum problema relativo ao homem deve ver-se no complexo problema do próprio homem e este na unidade concreta do espírito. Perder tal ponto de vista é dar uma solução abstrata e unilateral dum problema isolado e abstrato, quer dizer, é dar uma solução errada a uma exigência justa. E' este o erro do marxismo e a sua limitação, é este o erro do liberalismo. Denunciar o erro é criticá-lo construtivamente, porque assim se pode voltar a pôr em equação o problema que à doutrina deu origem. Marxismo e liberalismo são duas soluções erradas, simultaneamente opostas e equivalentes. Liberdade econômica e liberdade política são duas liberdades mundanas que pretendem situar a Liberdade do homem na satisfação imanente de desejos imanentes e humanos. Por isso, democracia de liberdade econômica e democracia de liberdade política são duas formas duma idêntica concepção mundana ou imanentista do homem e do mundo em que o homem se insere: a "religião" da liberdade marxista equivale à "religião" da liberdade liberal.